

26 DEZ 1997

Economia Brasil

PANORAMA ECONÔMICO

GLOBO



MARIA LUIZA ABBOTT (interina) • de Brasília

Anunciar é fácil

• Os funcionários das estatais demitidos porque tinham se aposentado e continuavam trabalhando serão readmitidos até 30 de janeiro. É o prazo para que dirigentes das empresas cumpram a determinação do Congresso, que alterou medida provisória do ano passado, que previa o afastamento como parte do pacote de ajuste fiscal de outubro de 1996. O recuo só mostra que na hora de cortar é mais fácil falar do que fazer.

A tentativa de demitir os aposentados é apenas um capítulo da novela sem fim de redução do déficit público. A MP previa que os aposentados, que recebiam dos fundos de pensão, do INSS e o salário todos os meses, deveriam ser demitidos como medida de economia. A decisão foi anunciada com estardalhaço, mas por um ano, as estatais resistiram ao cumprimento da determinação, escudadas em uma briga jurídica.

Não estava claro se os afastados deveriam receber a multa do FGTS e outros direitos. Com receio de processos por terem pago ou deixado de pagar, os dirigentes das empresas públicas esperaram um parecer da Advocacia Geral da União.

No dia do anúncio do novo pacote de ajuste, o de novembro deste ano, a AGU soltou sua decisão, respaldando as demissões sem os pagamentos, pois entendia que o vínculo empregatício se extingue com a aposentadoria. As estatais começaram a demitir, mas por pouco tempo e não se sabe quantos foram afastados. Com pressões de todos os lados, Governo e Congresso negociaram uma alteração na MP, que foi aprovada e sancionada no início de dezembro.

O aposentado continua tra-

balhando, mas terá que optar entre o salário e a aposentadoria para manter o emprego. Esta semana foi dado o prazo para a volta dos que tinham saído. O Governo espera que as próprias empresas controlem se as opções foram cumpridas. Os pagamentos feitos pelos fundos, teoricamente, podem ser conferidos, embora o Executivo tenha dúvidas.

Os da Previdência, no entanto, só se o funcionário da estatal fizer a comunicação. Já houve tentativas anteriores de cruzamento de cadastros, mas não funcionou. Por isso, as empresas públicas nem sabem exatamente quem continuou trabalhando depois de ter se aposentado. E tudo continua como sempre foi.

Agora, o Governo prepara novas medidas para as estatais. Para reduzir o déficit de 1998 e continuar a estratégia de livrar o país do ataque especulativo, estão sendo anunciados novos cortes de investimentos. Segundo a programação, as estatais deveriam investir R\$ 14,5 bilhões no ano que vem. A promessa é reduzir esta meta em pouco mais de R\$ 2 bilhões.

A redução de investimentos, medida discutível, pode até dar resultados, já que as demissões não saíram.